

CONTRAPONTO**Rio de Janeiro é positiva para o esporte?****Não ao amadorismo, sim ao profissionalismo****NÃO****Sérgio Carvalho**

Prof. aposentado do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM

Ser contra a realização dos Jogos Pan-americanos no Brasil é obrigação. Não vou falar em números, até porque, enquanto negócio, eles são um fracasso. Ou por que será que o Estado teve que assumir a sua realização? Ao assumir, mais de 80% dos recursos o Governo Federal aportará, direta ou indiretamente. Vale dizer, vamos socializar mais um prejuízo.

Como nos faltam estudos aprofundados na área, que dariam sustentação a qualquer plano, estamos à mercê do casuismo político vigente e da incompetência dos nossos dirigentes esportivos. A ausência desta competência se manifesta na falta de planejamento de longo prazo que, por sua vez, gera uma série de outros problemas (improvisação e/ou descumprimento do calendário, programação de eventos sem direcionamento de público-alvo...) que reduzem suas potencialidades como produto e como negócio. Antes de dizer sim é preciso criar um projeto geopolítico para o esporte brasileiro, contemplando a análise dele enquanto produto e negócio, atributos, benefícios, imagem e posicionamento, além das estratégias e ações de comercialização e potencialidades. Sem isso, é pôr dinheiro fora.

A tudo, some-se a má gestão da infraestrutura com obras superfaturadas. Em muitos casos inexistente planejamento para uso contínuo das instalações, ações empresariais e parcerias. O que acontece? Passado o evento, em pouco tempo o espaço fica sucata, sem perspectivas de uso, reforma ou manutenção. Isto é prova substancial de que ainda vigora no Brasil a cultura da gestão esportiva burocrático-estatal, cuja principal característica é a dependência total das entidades esportivas, públicas ou privadas, do Estado. Como para nós, esporte não é cultura, e tem-se um Ministério do Esporte para gerir o que não sabe, há crises sucessivas e escassez de recursos. Com isso inibe iniciativas inovadoras de organizações empresariais ou mesmo das confederações por garantir aos dirigentes nada lhes faltar em períodos de pré-competições ou nada lhes acontecer no campo da responsabilidade civil e criminal no gerenciamento de recursos públicos. A iniciativa privada, por saber que o trabalho é pouco profissionalizado e grande parte dos cargos é ocupado por políticos ou seus apadrinhados e não por especialistas, dificilmente aporta recursos.

Inimaginável que Antilhas Holandesas, Antígua e Barbuda, Barbados,



**“Ser
contra o
Pan no Brasil
é uma
obrigação”**

Belize, Bermudas, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens, Ilhas Virgens Britânicas, Porto Rico, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia, Saint Kitts e Nevis, S. Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, ou países de expressão esportiva similar que participam dos Pan-Americanos, possam despertar interesse dos patrocinadores e de futuros atletas brasileiros em competições, por exemplo, de tiro ao arco, triatlo, pentatlo moderno, softbol, squash, badminton, hóquei sobre grama ou beisebol.

Não gostaria de parecer pessimista, mas defendo o esporte de competição como negócio e um exemplo positivo, não obstante, limitado, é do voleibol, que rompeu o círculo vicioso da dependência de recursos, profissionalizou sua gestão, mostrou o esporte como produto, atraiu novos patrocinadores e alavancou novos recursos em novos mercados. Já que o Governo quer chamar a si a responsabilidade, fazer o quê, então? Na área de competência técnico-gerencial, criar cursos de capacitação para dirigentes esportivos, formação complementar de graduação, com o surgimento de assessorias especializadas e acompanhamento multiprofissional, intercambiando profissionais com a iniciativa privada. Na gestão de recursos financeiros, o desenvolvimento de sistemas de controle e monitoramento de custos, despolitização da questão do esporte com a contratação de gerentes profissionais, maior transparência dos processos de gestão, melhor gerenciamento de contratos e formulação de uma política de investimentos no esporte.

Na gestão de recursos de infra-estrutura, adoção do conceito de arenas multiuso dos estádios e ginásios já existentes em condições de uso para utilização contínua, implementação e empregos permanentes de centros esportivos e vilas olímpicas. Para o conhecimento do mercado, desenvolver estudos e pesquisas junto a ele e, a partir deles, planos de marketing para a captação de novas fontes de receitas. No campo legislativo, propor emendas às existentes, criando as figuras de parceria, co-gestão, fundos de investimentos e incentivos fiscais reais. Quero crer que, enquanto não sairmos deste emaranhado e tratarmos o esporte no Brasil como produto, teremos uma representação pífia, dependente de exceções que surgem ao longo dos anos ao acaso e a eterna cobrança por medalhas. É pouco para um país que gosta de ser o maior e o melhor em tudo, não é mesmo?